

PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

158139

OBJETO

Aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN, zero quilômetro, destinadas ao transporte coletivo de discentes, servidores e colaboradores dos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 889.552,00

SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

Modo de disputa

Aberto

Tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas

SIM

Margem de preferência para algum item

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

SUMÁRIO

Do Objeto	1
Do Registro De Preços	1
Da Participação Na Licitação	1
Do Orçamento Estimado	2
Da Apresentação Da Proposta E Dos Documentos De Habilitação	2
Do Preenchimento Da Proposta	4
Da Abertura Da Sessão, Classificação Das Propostas E Formulação De Lances	5
Da Fase De Julgamento	8
Da Fase De Habilitação	9
Do Termo De Contrato	11
Da Ata De Registro De Preços	12
Da Formação Do Cadastro De Reserva	12
Dos Recursos	13
Das Infrações Administrativas E Sanções	13
Da Impugnação Ao Edital E Do Pedido De Esclarecimento	15
Das Disposições Gerais	15
Anexo I – Termo De Referência	17
Condições Gerais Da Contratação	17
Fundamentação E Descrição Da Necessidade	17
Especificação Do Produto	17
Requisitos Da Contratação	17
Modelo De Execução Do Objeto	18
Modelo De Gestão Do Contrato	19
Infrações E Sanções Administrativas	20
Critérios De Medição E De Pagamento	21
Forma E Critérios De Seleção Do Fornecedor	23
Estimativas Do Valor Da Contratação	25

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90018/2026
(Processo Administrativo nº 23320.000205.2026-15)**

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Campus Macaé, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos, sediado na Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, Macaé – RJ, CEP 27932-050, realizará licitação, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN, zero quilômetro, destinadas ao transporte coletivo de discentes, servidores e colaboradores dos Campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com

dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. pessoas físicas.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor,

a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6.3. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.4. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.5. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.6. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.7. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.8. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.9. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e comprovará sua implantação conforme Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, se exigido, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .

- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.5. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário;
- 6.1.2. marca;
- 6.1.3. fabricante;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à

média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ R\$1.000,00 (um mil reais).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o

sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.6. empresas brasileiras;

7.22.7. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.8. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às

ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, mediante envio de arquivos digitalizados no formato PDF, observada a legislação aplicável à validade dos documentos.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio do e-mail compras.macaee@iff.edu.br ou pelo telefone (22) 2737-5613, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14.3. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de

informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, NO MÍNIMO, DUAS HORAS, para:

9.14.4. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.5. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.6. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.7. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Fica expressamente prevista a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados por ocasião da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, para o mesmo período de 1 (um) ano, observados os requisitos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, e do entendimento consolidado no PARECER

n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, desde que: a) comprovada a manutenção do preço vantajoso; b) haja interesse da Administração; e c) a prorrogação seja formalizada dentro do prazo de vigência da ata.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor

estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.5. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.5.1. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.2. . deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.3. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.6. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.7. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.9. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.10.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.11.fraudar a licitação;

14.12.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.13.agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.14.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.15.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.16.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.17. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.17.1.advertência;

14.17.2.multa;

14.17.3.impedimento de licitar e contratar e

14.17.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.18.Na aplicação das sanções serão considerados:

14.18.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.18.2.as peculiaridades do caso concreto;

14.18.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.18.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.18.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.19.A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.20.Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.20.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.21. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.22. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.23. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.24. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.25. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 14.26. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.27. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.28. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.29. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.30. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.31. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.31.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.maca@iff.edu.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados,

desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico(<https://www.gov.br/compras>).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;

16.11.5. Anexo VII – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

Macaé, 01 de junho de 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.
(Processo Administrativo nº 23320.000205.2026-15)
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN, zero quilômetro, destinadas ao transporte coletivo de discentes, servidores e colaboradores dos Campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Veículo tipo VAN, zero quilômetro, para transporte coletivo, capacidade mínima de 17 passageiros + motorista, motor a Diesel S10, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência	473733	Unidade	2	R\$ 444.776,00	R\$ 889.552,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. Os veículos tipo VAN deverão possuir motorização a Diesel S10 dotada de tecnologia que otimize o consumo de combustível e reduza a emissão de poluentes, atendendo integralmente às normas ambientais vigentes do PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), em conformidade com a política institucional de sustentabilidade do IFFluminense e com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.;
- 4.3. O fornecimento deverá observar a adequada destinação ambiental de eventuais resíduos gerados durante o processo de entrega, embalagens e materiais de proteção, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), cabendo à contratada a responsabilidade pela coleta, segregação e descarte ambientalmente adequado;
- 4.4. Os veículos deverão ser entregues com vida útil prolongada, estimada em pelo menos 10 (dez) anos para a categoria, e com componentes originais de fábrica, contribuindo para a redução da geração de resíduos e para a otimização dos custos operacionais de manutenção e substituição de peças, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.;

4.5. Não se aplicam à presente contratação os critérios e práticas de sustentabilidade definidos nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista a natureza e especificidade dos bens a serem adquiridos (veículos zero quilômetro, que não admitem reutilização ou reaproveitamento de itens já existentes), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (itens 6 e 14).

4.6. **Subcontratação**

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.9. **Especificações Técnicas Do Veículo**

Item / Parâmetro	Especificação Técnica Detalhada
Tipo	VAN para transporte coletivo, construção monobloco (chassi e carroceria integrados), fabricação nacional.
Condição	Zero quilômetro, nunca registrado, licenciado ou colocado em circulação.
Ano de Fabricação	Ano vigente da entrega ou, no máximo, ano-modelo 2026 ou 2027.
Quilometragem	Máxima de 50 km no hodômetro (exclusive testes e deslocamento para emplacamento).
Motorização	Diesel S10, potência mínima de 130 CV, atendendo às normas PROCONVE.
Direção	Hidráulica ou elétrica.
Transmissão	Manual ou Automática.
Capacidade	Mínima de 18 pessoas: 01 motorista + 17 passageiros sentados.
Poltronas (passageiros)	Executivo, reclináveis, apoio de braço lateral e central, revestimento resistente e lavável, cinto de 3 pontos.
Poltrona (motorista)	Reclinável, com apoio de braço e regulagem de altura.
Ar-Condicionado	Original de fábrica ou kit homologado, com difusores individuais por poltrona.
Acabamento Interno	Assoalho antiderrapante; laterais e teto laváveis (epóxi branco ou similar); iluminação em LED.

Item / Parâmetro	Especificação Técnica Detalhada
Película	Em todos os vidros, conforme legislação de trânsito.
Sistema de Som	Rádio com USB e Bluetooth, alto-falantes na cabine e no salão.
Segurança Obrigatória	Airbags frontais, freios ABS, alarme, imobilizador, faróis de neblina, câmera de ré (tela mín. 4.3"), sensores de estacionamento (dianteiro e traseiro), tacógrafo digital (INMETRO), extintor com selo INMETRO válido.
Conforto e Conveniência	Central multimídia touch screen, duas tomadas 12V (painel e salão), bagageiro traseiro com porta para estepe e carpete original, porta lateral deslizante manual ou automática.
Pneus	Novos (incluindo estepe montado), originais de fábrica, data de fabricação máxima de 12 meses na entrega.
Acessórios	Kit de ferramentas básicas (CONTRAN), chave de roda, macaco hidráulico, triângulo, chave reserva, estribo e alças/barras de apoio lateral para acesso
Garantia	Mínima de 12 meses, sem limite de km, para chassi, carroceria e motor (montadora ou rede autorizada).
Acessibilidade	Sempre que disponível, itens para pessoas com mobilidade reduzida (Lei nº 13.146/2015).

4.10. Documentação E Condições De Entrega

Requisito	Detalhamento Exigido
Prazo de Entrega	Até 45 dias corridos da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Fornecimento.
Local da Entrega	Endereço a ser indicado na Ordem de Fornecimento (Campus Macaé ou Campus Santo Antônio de Pádua).
Regularização	Emplacamento definitivo e licenciamento anual pagos em nome do IFFluminense.
Adesivagem	Logotipo e identificação institucional conforme modelo da Diretoria de Comunicação.

Requisito	Detalhamento Exigido
Nota Fiscal	Emitida em nome do IFFluminense, com CNPJ do campus destinatário.
Manual do Proprietário	Original, acompanhando o veículo.
Certificado de Garantia	Original, devidamente preenchido e com data de início.
Certificado CAT	Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito ou equivalente.
Manuais de Equipamentos	Todos os manuais dos equipamentos instalados (central, ar-condicionado, etc.).
Vistoria de Recebimento	Fiscalização verificará o cumprimento integral das especificações da tabela anterior.
Rejeição	Qualquer não conformidade implicará rejeição do bem e substituição às custas da CONTRATADA, sem prejuízo de sanções.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do(a) da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.
- 5.2. A entrega do objeto dar-se-á mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, a qual constitui instrumento formal apto a convocar o fornecedor para o início da execução contratual, seja para a entrega de bens ou para a prestação de serviços.
- 5.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Ordem de Fornecimento é especialmente aplicável às contratações de pronta entrega, assim entendidas aquelas com prazo de execução de até 30 (trinta) dias, bem como às contratações decorrentes de atas de registro de preços. Nesses casos, poderá substituir o instrumento contratual, desde que não haja obrigações futuras, caracterizando-se como ajuste de natureza simplificada, especialmente em contratações de pequeno valor ou de execução imediata.
- 5.4. Dessa forma, a emissão da Ordem de Fornecimento formaliza o vínculo entre a Administração e o contratado, produzindo os efeitos jurídicos necessários ao início da execução do objeto, nos limites e condições estabelecidos no processo administrativo correspondente.
- 5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: o local específico será indicado na Ordem de Fornecimento, podendo ser o Campus Macaé e/ou o Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, conforme a destinação de cada unidade.
- 5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

- 5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias
- 5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
- 5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho,

o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.17. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.6. Multa:

- 7.7. Moratória, para a infração descrita no item "d" (retardamento da entrega sem justificativa), de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- 7.8. Compensatória, para a inexecução total do contrato (alínea "c"): 20% (vinte por cento) do valor da Ordem de Fornecimento.
- 7.9. Compensatória, para a infração descrita na alínea "b" (inexecução parcial com grave dano): 15% (quinze por cento) do valor da Ordem de Fornecimento.
- 7.10. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato (alínea "a"): 10% (dez por cento) do valor da parcela não adimplida.
- 7.11. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" (documentação falsa, ato fraudulento, inidoneidade, ato lesivo): 30% (trinta por cento) do valor da Ordem de Fornecimento;
- 7.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.13. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.14. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.16. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.18. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.19. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.20. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.21. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.22. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.23. circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.24. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.25. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.30. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.31. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12. prazo de validade;
- 8.13. a data da emissão;
- 8.14. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.15. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.16. o valor a pagar; e
- 8.17. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.21. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.22. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato,

caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.27. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.32. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/05/2026.

8.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1 conforme tabela constante no item 1.2 deste Termo de Referência, que estabelece o valor unitário estimado de R\$444.776,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais) por veículo.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Indicador Contábil	Fórmula de Cálculo
Liquidez Geral (LG)	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Indicador Contábil	Fórmula de Cálculo
Solvência Geral (SG)	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
Liquidez Corrente (LC)	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, correspondente a R\$ 88.955,20 (oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34. fornecimento de veículos tipo VAN ou micro-ônibus destinados ao transporte coletivo de passageiros;

9.35. comprovação de fornecimento de, no mínimo, 01 (uma) unidade de veículo tipo VAN ou micro-ônibus, o que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado para o item; e

9.36. Não será exigida comprovação de quantitativo mínimo superior a 50% do valor estimado da contratação, nem será imposto prazo mínimo ou máximo de execução ou restrição quanto ao local de execução dos contratos.

9.37. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 889.552,00 (oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Macaé, 01 de junho de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE

Estudo Técnico Preliminar 26/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23320.000087.2026-45

2. Descrição da necessidade

A aquisição de veículos do tipo VAN para os campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) constitui medida administrativa indispensável para assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança das atividades acadêmicas, administrativas e institucionais, em estrita observância ao interesse público e à missão estratégica da instituição na oferta de educação profissional, científica e tecnológica de qualidade. A necessidade decorre da análise crítica da atual frota institucional, que evidencia uma deficiência estrutural no transporte coletivo de pessoas, comprometendo a execução plena das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O Campus Santo Antônio de Pádua encontra-se em situação de absoluta carência, não dispondo de qualquer veículo tipo VAN, o que o torna inteiramente dependente de fretamentos terceirizados, onerosos e inflexíveis para o deslocamento de discentes e servidores em visitas técnicas, atividades de campo e ações de integração acadêmica. Em paralelo, o Campus Macaé, embora possua um veículo dessa categoria, enfrenta insuficiência crônica de capacidade operacional, uma vez que um único automóvel revela-se incapaz de atender ao volume e à simultaneidade das demandas institucionais, gerando prejuízos pedagógicos pela limitação de componentes práticos da formação, ineficiência administrativa pelos custos recorrentes com locações e desigualdade de oportunidades entre as unidades.

A presente contratação torna-se ainda mais premente em razão do insucesso de tentativas anteriores para suprir a demanda por meio de procedimentos licitatórios convencionais, conforme registrado no Processo nº 23321.001116/2024-14, referente ao Pregão Eletrônico nº 39/2024, cujos itens 05 e 06, relativos à aquisição de veículos tipo micro-ônibus intermunicipal, restaram fracassados em virtude da incompatibilidade entre os valores ofertados e os limites estimados pela Administração. Adicionalmente, a tentativa de adesão à ata de registro de preços para aquisição de duas vans restou frustrada em razão do descumprimento contratual por parte do fornecedor, que não efetuou a entrega dos veículos nas condições e prazos estabelecidos, conforme apurado no Processo Administrativo nº 23320.001822/2025-57. Diante desse cenário, a aquisição de veículos tipo VAN apresenta-se como alternativa técnica e economicamente viável, capaz de atender às necessidades logísticas com segurança, conforto e confiabilidade, otimizando o uso dos recursos públicos ao permitir o transporte coletivo em um único veículo e reduzindo os riscos decorrentes da utilização de frota inadequada ou com elevado desgaste.

A dispersão geográfica das unidades do IFFluminense, que opera em 13 campi distribuídos pelo Estado do Rio de Janeiro, aliada à necessidade de deslocamentos frequentes para visitas técnicas, aulas de campo, atividades práticas externas, eventos acadêmicos, ações de extensão e atividades culturais e esportivas, impõe a exigência de meios de transporte compatíveis com o deslocamento coletivo de estudantes, servidores e colaboradores. A frota atual, defasada e com limitações de capacidade, compromete a confiabilidade e a segurança dos usuários, posição na qual o Estado atua como garantia da integridade física de sua comunidade acadêmica, além de gerar custos elevados de manutenção que impactam negativamente o orçamento institucional. A renovação da frota, por meio da aquisição de veículos modernos e adequados às especificações técnicas exigidas, contribuirá para a mitigação de riscos de acidentes e falhas mecânicas, assegurando a regularidade e a continuidade operacional, bem como o cumprimento do calendário acadêmico e das atividades institucionais programadas.

A aquisição de veículos tipo VAN para os campi Macaé e Santo Antônio de Pádua encontra amparo nas diretrizes e objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023.2-2028.1 do IFFluminense, documento oficial de planejamento que traça os objetivos e metas para o crescimento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição, sendo construído de forma participativa pela comunidade acadêmica e externa. O PDI, ao definir a identidade institucional e as políticas para o alcance dos objetivos no período de cinco anos, orienta os programas institucionais, projetos e planos de ação locais, tanto da Reitoria quanto dos campi, sempre com o foco em atingir as metas de forma conjunta e integrada e promover a melhoria contínua dos serviços à sociedade. Nesse contexto, a provisão de meios de transporte adequados alinha-se ao Plano Estratégico do PDI, que apresenta os objetivos estratégicos, metas e programas institucionais necessários para orientar a atuação da instituição no quinquênio.

Especificamente, a aquisição das VANs contribui diretamente para o alcance de diversos Objetivos Estratégicos (OEs) previstos no documento. No que tange ao OE1, OE2 e OE3, que tratam da formação profissional em consonância com os arranjos produtivos locais, a disponibilidade de transporte próprio para visitas técnicas e atividades de campo é condição sine qua non para que os estudantes de Macaé, inseridos no contexto do petróleo, gás e energia, e os de Santo Antônio de Pádua, voltados aos arranjos produtivos, sociais e culturais da região Noroeste Fluminense, possam vivenciar na prática os conteúdos curriculares. Em relação ao OE5, que estabelece a produção de tecnologias e soluções inovadoras com a sociedade, a mobilidade proporcionada pelos veículos fortalece a pesquisa aplicada e a extensão tecnológica junto às comunidades locais, permitindo o deslocamento de equipes para projetos de intervenção e cooperação. A ação também se conecta ao OE10, que incentiva e articula ensino, pesquisa, extensão, cultura e esporte, uma vez que viabiliza a participação de discentes e servidores em eventos, competições, apresentações culturais e atividades integradoras entre os campi. A contratação pretendida fundamenta-se, portanto, nos pilares da necessidade logística e geográfica, da mitigação de custos e riscos, da eficiência e continuidade operacional e da padronização com qualidade, constituindo a solução técnica adequada para viabilizar a atuação multipolar do IFFluminense e consolidar as ações de integração acadêmica, administrativa e pedagógica entre as unidades, em estrita conformidade com as metas de redução da evasão e aumento da eficiência acadêmica previstas no PDI. A disponibilidade de veículos próprios e exclusivos para a rota Macaé-Pádua

representa medida de racionalização de recursos públicos, garantindo previsibilidade, disponibilidade e redução de custos a médio e longo prazo, além de fortalecer a gestão e a integração administrativa por meio do trânsito mais frequente de equipes pedagógicas, gestores e técnicos administrativos. Dessa forma, a aquisição das VANs contribui diretamente para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, fortalece a atuação institucional do IFFluminense e assegura melhores condições de acesso e permanência dos estudantes nas atividades acadêmicas, beneficiando diretamente a comunidade interna e externa atendida pelos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua, em absoluta sintonia com o planejamento estratégico materializado no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Tabela 1 – Alinhamento da Aquisição das VANs com os Objetivos Estratégicos do PDI IFFluminense

Objetivo Estratégico (OE)	Descrição do Objetivo	Aplicação/Contribuição da Aquisição das VANs para Macaé e Santo Antônio de Pádua
OE1, OE2 e OE3	Proporcionar formação profissional, qualificação e formação integral em consonância com os arranjos produtivos locais.	As VANs viabilizam visitas técnicas e aulas de campo essenciais para a formação prática. Em Macaé, permitem o acesso a empresas e instalações do setor de Petróleo, Gás e Energia. Em Santo Antônio de Pádua, facilitam o contato com os arranjos produtivos, sociais e culturais da região Noroeste Fluminense, aproximando a teoria da prática profissional.
OE4 e OE11	Atender públicos com necessidades específicas e em vulnerabilidade social, criando condições de permanência.	O transporte próprio assegura que estudantes em situação de vulnerabilidade, atendidos pela assistência estudantil, possam participar de atividades externas, eventos e programas institucionais sem ônus adicional ou barreiras logísticas, contribuindo para a sua permanência e êxito acadêmico.
OE5	Produzir tecnologias e soluções inovadoras com a sociedade.	A mobilidade proporcionada fortalece a pesquisa aplicada e a extensão tecnológica. Equipes de professores e alunos podem se deslocar para comunidades, empresas e parceiros institucionais para desenvolver projetos de inovação, transferência de tecnologia e ações de extensão que demandam atuação in loco.
OE6, OE7 e OE12	Fortalecer a inserção profissional de egressos, aprimorar a permanência/êxito e ajustar as formas de acesso.	As visitas técnicas a potenciais empregadores e a participação em feiras e eventos de carreira, facilitadas pelos veículos, ampliam as oportunidades de inserção profissional. O acesso a atividades práticas e integradoras também atua como fator de motivação, contribuindo para a redução da evasão e para o aumento da eficiência acadêmica.
OE8 e OE9	Estruturar a oferta educativa (revisão de PPCs) e intensificar o uso de novas metodologias e tecnologias educacionais.	A possibilidade de realizar atividades externas com regularidade e segurança permite a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem que transcendem a sala de aula, como estudos do meio, projetos de campo e aprendizagem baseada em problemas reais do contexto local.
OE10	Incentivar e articular ensino, pesquisa, extensão, cultura e esporte.	As VANs são instrumentos fundamentais para a integração dessas dimensões formativas. Permitem o deslocamento de equipes esportivas para competições, grupos artísticos para apresentações culturais, alunos e professores para atividades de pesquisa e extensão, promovendo uma formação mais completa e integrada.
OE13	Estabelecer comunicação integrada.	A integração administrativa e acadêmica entre os campi, facilitada pelo transporte, permite um alinhamento mais efetivo das estratégias de comunicação, com a participação de servidores dos campi em reuniões e treinamentos na Reitoria e em outras unidades, fortalecendo a comunicação institucional integrada.
OE18, OE19, OE20 e OE21	Valorizar os servidores (qualidade de vida, capacitação) e manter a infraestrutura física e de TI.	A aquisição de veículos novos e adequados contribui para a qualidade de vida e segurança dos servidores em deslocamento a trabalho. Além disso, ao suprir uma lacuna de infraestrutura logística, a ação integra o esforço institucional de manter e modernizar a infraestrutura dos campi, conforme previsto nos planos diretores e de desenvolvimento físico.

Tabela 2 – Contribuição para as Metas e Indicadores Estratégicos do PDI

Indicador / Meta (PDI 2023.2-2028.1)	Contribuição da Aquisição das VANs
Reduzir a taxa de evasão anual (de 15% para 11% até 2027).	Ao viabilizar atividades práticas e integradoras, os veículos aumentam o engajamento e a motivação dos estudantes, fatores comprovadamente associados à redução da evasão e à melhoria da permanência escolar.
Aumentar o Índice de Eficiência Acadêmica (de 46,9% para 54,9% até 2027).	A melhoria das condições de ensino, com a realização plena dos componentes curriculares práticos, contribui para o sucesso acadêmico e a conclusão dos cursos no tempo previsto.
Aumentar o percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão para 80% até 2027.	O transporte próprio é um facilitador crítico para a participação discente em projetos de extensão que exigem deslocamento, permitindo ampliar significativamente o alcance e a escala dessas ações.
Aumentar a produção bibliográfica para 750 publicações/ano até 2027.	A pesquisa aplicada e a extensão tecnológica, viabilizadas pelo deslocamento a campo, geram dados e experiências que resultam em artigos, trabalhos de conclusão de curso e outras publicações científicas.

Executar o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) e o Plano de Acessibilidade.	A aquisição de veículos novos, com itens de segurança obrigatórios e que atendam às normas de acessibilidade (quando aplicável), alinha-se à política institucional de melhoria da infraestrutura com foco na segurança e na inclusão.
---	--

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO	Henrique Alves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme objeto e objetivos deste estudo, os requisitos da solução para aquisição de veículos tipo VAN destinados aos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense observam os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e alinhamento estratégico com o Plano de Desenvolvimento Institucional. A especificação técnica detalhada visa garantir que os bens adquiridos atendam plenamente às necessidades logísticas da instituição, assegurando segurança, conforto, durabilidade e adequação às atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

Atendimento de normas técnicas: O veículo deverá atender integralmente às normas de segurança veicular vigentes, incluindo os requisitos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelas Resoluções do CONTRAN, em especial aquelas relacionadas a sistemas de frenagem, iluminação, cintos de segurança, tacógrafo digital e película de controle solar. Deverá observar também as normas técnicas da ABNT aplicáveis a veículos de transporte coletivo de passageiros, bem como as exigências do PROCONVE no que se refere ao controle de emissões de poluentes. A construção monobloco (chassi e carroceria integrados) deverá obedecer aos padrões técnicos do fabricante original, garantindo a integridade estrutural e a segurança dos ocupantes. Todos os sistemas e componentes deverão estar em conformidade com as especificações técnicas originais de fábrica, sendo vedada a utilização de peças ou adaptações que comprometam a segurança, a durabilidade ou a garantia do veículo.

O veículo deverá possuir certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, comprovando o atendimento aos requisitos de segurança veicular exigidos para circulação em território nacional. O tacógrafo digital obrigatório deverá possuir certificação de homologação junto ao INMETRO, conforme legislação específica. Todos os componentes de segurança, incluindo cintos de segurança e sistemas de retenção, deverão portar o selo de conformidade com as normas brasileiras. O extintor de incêndio deverá possuir selo de validade do INMETRO dentro do prazo de vigência. A certificação do veículo, emitida pela montadora, deverá atestar a regularidade do modelo perante os órgãos de trânsito e ambientais, assegurando a possibilidade de emplacamento e circulação imediata. No ato da entrega, deverá ser apresentado o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT) ou documento equivalente.

O veículo deverá contar com garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, para chassi, carroceria e motor, conforme certificado original do fabricante, assegurando suporte técnico e cobertura integral contra defeitos de fabricação, vícios ou problemas estruturais. A garantia deverá ser prestada diretamente pela montadora ou por sua rede de concessionárias autorizadas, abrangendo todas as peças, componentes e sistemas originais do veículo. O certificado de garantia original deverá ser entregue devidamente preenchido e acompanhado do manual do proprietário. Caso o veículo possua sistemas ou equipamentos adicionais instalados em fábrica, tais como ar-condicionado, central multimídia ou bagageiro, estes deverão estar cobertos pela garantia original do veículo ou possuir garantia individual específica por período não inferior a 12 (doze) meses. A existência de assistência técnica autorizada na região Norte/Noroeste Fluminense é condição essencial para assegurar a efetividade da garantia e a pronta resposta em casos de necessidade de reparo. Padrões mínimos de qualidade: O veículo deverá ser entregue na condição de zero quilômetro, entendendo-se como tal aquele que nunca foi registrado, licenciado ou colocado em circulação, devendo apresentar quilometragem máxima de 50 (cinquenta) quilômetros registrados no hodômetro, exclusive os quilômetros percorridos em testes de fábrica e os estritamente necessários para os deslocamentos para emplacamento e entrega, os quais deverão ser comprovados e justificados pela contratada. Deverá ser o modelo top de linha da fabricante para a categoria, incluindo todos os itens de série e opcionais que maximizem a segurança, o conforto e a durabilidade. As poltronas, incluindo a do motorista, deverão ser do tipo executivo, reclináveis, dotadas de apoio de braço lateral e central, e revestidas em material de alta resistência e fácil limpeza.

O veículo deverá possuir sistema de ar-condicionado original de fábrica ou instalado mediante kit homologado, com difusores individuais para cada poltrona, assegurando conforto térmico a todos os ocupantes. O acabamento interno deverá incluir assoalho com revestimento antiderrapante, laterais e teto com revestimento lavável, iluminação interna em LED, e aplicação de película protetora contra raios solares em todos os vidros. O sistema de som deverá possuir rádio com entrada USB e Bluetooth, com alto-falantes na cabine e no salão. O bagageiro traseiro deverá ser de amplo acesso, com porta para o estepe. Deverão ser equipados, no mínimo, com os seguintes itens de segurança ativa e passiva: alarme e imobilizador eletrônico, faróis de neblina dianteiros, câmera de ré com visualização em tela no painel ou integrada à central multimídia, com tamanho mínimo de 4.3 polegadas, sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, e extintor de incêndio com selo de validade. Todos os itens de segurança obrigatórios e complementares deverão estar presentes e em perfeito funcionamento. Sempre que possível, deverá contemplar itens de acessibilidade para atendimento a pessoas com mobilidade reduzida, em alinhamento com as metas do Plano de Acessibilidade Institucional. Prazo de atendimento mínimo: A contratada deverá assegurar capacidade de atendimento para demandas de manutenção corretiva e preventiva em prazo compatível com a necessidade operacional dos campi, considerando a distância da assistência técnica autorizada mais próxima. O tempo máximo para início do atendimento em caso de falha ou defeito coberto pela garantia não poderá exceder 5 (cinco) dias úteis contados da abertura do chamado junto à assistência técnica autorizada. Em caso de indisponibilidade do veículo por período superior a 30 (trinta) dias acumulados durante o período de garantia, por motivo de reparos cobertos, a garantia deverá ser estendida pelo período equivalente. A existência de assistência técnica autorizada pela montadora com oficina localizada no município de Campos dos Goytacazes ou na região Norte/Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro é requisito obrigatório, mediante apresentação de contrato social, contrato de concessão ou documento equivalente, de modo a garantir agilidade nos reparos, reduzir tempo de inatividade e assegurar a disponibilidade operacional dos veículos para atendimento às demandas institucionais. Prazo de entrega mínimo: O veículo deverá ser entregue no local

designado pelo IFFluminense em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Fornecimento. O prazo é contínuo e inclui todos os trâmites necessários para a regularização completa do veículo, tais como emplacamento definitivo e licenciamento anual pago em nome do Instituto Federal Fluminense, incluindo todos os tributos, taxas e emolumentos incidentes, bem como a aplicação da adesivagem institucional conforme modelo a ser fornecido pela Diretoria de Comunicação. No ato da entrega e vistoria, deverão ser apresentados obrigatoriamente: Nota Fiscal emitida em nome do Instituto Federal Fluminense, Manual do Proprietário original, Certificado de Garantia original devidamente preenchido, todos os manuais de equipamentos instalados, e a documentação completa para circulação. O veículo deverá estar em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer avaria ou defeito, pronto para uso imediato nas atividades institucionais. A data de fabricação do veículo não poderá ser anterior ao ano da entrega ou ao ano-modelo subsequente, assegurando a aquisição de bem com tecnologia atualizada e vida útil prolongada. O descumprimento do prazo estabelecido sujeitará a contratada às sanções previstas em lei e no instrumento convocatório, incluindo multa e possibilidade de rescisão contratual. Não serão exigidas dimensões mínimas de comprimento, largura ou altura, entre eixos específico ou altura interna determinada, desde que o veículo atenda adequadamente à finalidade de transporte institucional, referente a capacidade mínima de passageiros prevista neste edital.

Requisitos Econômicos e de Padronização: O custo de aquisição deverá ser compatível com os valores praticados no mercado para veículos das mesmas características técnicas, observando-se o princípio da economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O veículo deverá apresentar baixo custo operacional ao longo de sua vida útil, considerando-se consumo de combustível, periodicidade e valor das manutenções preventivas, disponibilidade e preço de peças de reposição no mercado local ou regional. A solução deverá demonstrar vantagem econômica em relação a alternativas que demandem múltiplos veículos de menor capacidade ou a contratação contínua de serviços de fretamento. Os veículos adquiridos deverão observar, preferencialmente, padronização de marca, modelo e especificações técnicas entre si, sempre que possível e tecnicamente viável, visando à racionalização dos estoques de peças de reposição, à simplificação dos processos de manutenção e capacitação de condutores e à uniformidade operacional na frota institucional. A motorização a diesel deverá priorizar tecnologia que otimize o consumo e reduza a emissão de poluentes, em atendimento às normas ambientais vigentes (PROCONVE), alinhando-se à política institucional de sustentabilidade.

Requisitos Legais e Normativos: A aquisição deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal. O veículo deverá atender a todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e regulamentações complementares do CONTRAN e demais órgãos competentes, possuindo toda a documentação necessária para emplacamento, licenciamento e regular circulação em território nacional. A contratação respeitará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a obtenção de proposta vantajosa e a adequação do objeto às finalidades institucionais.

5. Levantamento de Mercado

Para solucionar o problema identificado relativo à insuficiência crônica de veículos para transporte coletivo nos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, realizou-se ampla prospecção das alternativas disponíveis no mercado, considerando as especificidades da Administração Pública, as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e a necessidade de atendimento das demandas institucionais de forma eficiente, econômica e duradoura. Foram identificadas e analisadas seis soluções principais e tecnicamente viáveis para atendimento da demanda, quais sejam: aquisição de veículos novos, locação de veículos, aquisição de veículos seminovos, contratação de serviços de fretamento contínuo, adesão a atas de registro de preços de outros órgãos e parcerias com entes públicos ou privados para cessão de veículos. Cada uma dessas alternativas foi examinada sob as perspectivas financeira, operacional, orçamentária, jurídica e estratégica, com o objetivo de identificar a solução que melhor atenda ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e durabilidade. A aquisição de veículos novos consiste na compra definitiva de bens do tipo VAN, com recursos de investimento, para incorporação ao patrimônio do IFFluminense, contemplando veículos zero quilômetro, com garantia de fábrica, tecnologia atualizada e plenas condições de operação por longo período. Entre as vantagens desta solução, destaca-se o fato de constituir investimento em bem permanente, com efetiva geração de patrimônio público, ao contrário de outras alternativas que implicam apenas despesa de custeio. Os veículos novos apresentam menores custos de manutenção e operação nos primeiros anos de utilização, contam com garantia de fábrica pelo período mínimo de doze meses, sem limite de quilometragem, cobrindo eventuais defeitos e vícios de fabricação, e incorporam as tecnologias mais recentes de segurança ativa e passiva, eficiência energética e conforto para os usuários. Adicionalmente, a aquisição proporciona disponibilidade imediata e permanente dos veículos para atendimento às demandas institucionais, conferindo autonomia administrativa para planejamento e execução das atividades acadêmicas, visitas técnicas, eventos, competições esportivas e demais ações institucionais, sem dependência de contratos continuados ou de terceiros. Do ponto de vista orçamentário, a aquisição não gera obrigação financeira recorrente após a concretização da compra, limitando-se aos custos de manutenção preventiva e corretiva ao longo da vida útil do bem, os quais podem ser planejados e absorvidos pela instituição. Como desvantagens, a aquisição de veículos novos exige investimento inicial significativo, com necessidade de dotação orçamentária específica para investimentos, estando sujeita à depreciação natural do bem ao longo do tempo, que reduz seu valor contábil e de mercado progressivamente, além de transferir à Administração a responsabilidade direta pelos custos de manutenção, seguro, licenciamento e gestão da frota após o período de garantia. É importante ressaltar que a depreciação, embora represente redução do valor do ativo, é fenômeno contábil natural e previsível, não constituindo desvantagem absoluta quando comparada ao dispêndio total de recursos em alternativas que não geram qualquer patrimônio. A locação de veículos consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de veículos mediante pagamento de contraprestação mensal, por período determinado, sem transferência da propriedade dos bens à Administração. Esta solução apresenta como vantagens a dispensa de investimento inicial elevado, uma vez que não há desembolso para aquisição dos bens, a transferência à contratada dos custos e responsabilidades com manutenção, seguro e gestão da frota, a flexibilidade para adequação da quantidade e tipo de veículos conforme a variação das necessidades institucionais, a previsibilidade de custos mensais fixos durante a vigência contratual e a possibilidade de renovação da frota ao final de cada contrato, com veículos mais novos. No entanto, as desvantagens são significativas e devem ser cuidadosamente ponderadas, pois a locação não gera qualquer patrimônio público, significando que todos os valores despendidos ao longo

dos anos constituem despesa de custeio sem contrapartida em ativos permanentes. O custo recorrente e obrigatório da locação foi incorporado de forma permanente ao custeio da instituição, onerando o orçamento anual de forma contínua e comprometendo recursos que poderiam ser destinados a outras finalidades. Ao longo do tempo, os custos acumulados da locação tendem a superar significativamente os valores envolvidos na aquisição de veículos próprios, considerando que a cada ano renova-se a despesa sem qualquer amortização do investimento. Ademais, a locação cria dependência da continuidade contratual para manutenção da frota, podendo haver descontinuidade do serviço em caso de problemas licitatórios, impugnações, recursos, descumprimento contratual ou ausência de dotação orçamentária para renovação. As restrições operacionais eventualmente impostas pelos contratos de locação, tais como limites de quilometragem, responsabilidade por danos, necessidade de devolução dos veículos ao término da vigência e impossibilidade de personalização com identificação institucional permanente, também constituem fatores limitadores da plena adequação desta alternativa às necessidades do IFFluminense.

A aquisição de veículos seminovos ou usados consiste na compra de veículos já em circulação, com menor valor de aquisição inicial, para incorporação ao patrimônio da instituição. As vantagens desta solução incluem o menor desembolso inicial quando comparado à compra de veículos zero quilômetro, a possibilidade de aquisição mais rápida em razão da disponibilidade imediata no mercado e a geração de patrimônio público, ainda que de bem com vida útil já parcialmente consumida. Entretanto, as desvantagens são expressivas e tornam esta alternativa menos atrativa para as necessidades institucionais. Os veículos seminovos apresentam maior probabilidade de necessidade de manutenções corretivas frequentes, com custos imprevisíveis e potencialmente elevados, além de já terem parcela significativa de sua vida útil consumida pelo uso anterior. A garantia oferecida nestes casos é geralmente reduzida ou inexistente, transferindo integralmente à Administração os riscos de defeitos e vícios ocultos. A tecnologia embarcada, especialmente em termos de segurança e eficiência energética, tende a ser defasada em relação aos modelos mais recentes, comprometendo a segurança dos usuários e a economicidade operacional. O histórico de manutenção e de eventuais sinistros pode ser de difícil verificação, aumentando os riscos de aquisição de bens com problemas estruturais não aparentes. Ademais, a depreciação de veículos seminovos, embora já tenha ocorrido em parte, continua a impactar o valor do bem, que se desvaloriza mais rapidamente do que os veículos zero quilômetro nos primeiros anos. Considerando que a necessidade institucional é de veículos para transporte coletivo de estudantes e servidores, com elevada exigência de segurança e confiabilidade, a aquisição de seminovos mostra-se inadequada diante dos riscos envolvidos e da importância da atividade desempenhada. A contratação de serviços de fretamento contínuo consiste na terceirização integral do transporte, mediante contratação de empresa especializada para disponibilizar veículos com motoristas, combustível e toda a operação necessária para atender às demandas específicas da instituição. Esta solução apresenta como vantagens a completa transferência à contratada de todas as responsabilidades operacionais, incluindo veículos, condutores, manutenção, combustível, seguros e gestão, a dispensa total de investimentos e de preocupações com gestão de frota por parte da Administração, e a flexibilidade para contratar apenas quando houver demanda, em tese. No entanto, as desvantagens são ainda mais acentuadas que na simples locação de veículos, pois o custo do fretamento é substancialmente superior, considerando que embute não apenas a disponibilização do veículo, mas também mão de obra especializada, combustível e todos os insumos operacionais. Trata-se de despesa de custeio pura, sem qualquer geração de patrimônio, e com custo unitário por quilômetro ou por viagem geralmente elevado. A dependência da contratada é total, podendo haver interrupção dos serviços por motivos alheios à vontade da Administração, como greves, problemas trabalhistas da empresa, descumprimento contratual ou ausência de renovação contratual. A impossibilidade de planejamento de longo prazo, a variação de preços a cada nova contratação e a sujeição às flutuações do mercado de transporte também constituem desvantagens relevantes. Ademais, a natureza da atividade acadêmica, com demandas esporádicas mas de grande importância, torna o fretamento contínuo economicamente desvantajoso, pois paga-se pela disponibilidade do serviço mesmo quando não utilizado, ou corre-se o risco de indisponibilidade nos momentos de necessidade. A adesão a atas de registro de preços de outros órgãos públicos constitui alternativa que visa aproveitar procedimentos licitatórios já realizados por outras entidades da Administração Pública, adquirindo bens ou contratando serviços nas mesmas condições e preços registrados. As vantagens desta solução incluem a celeridade processual, uma vez que se aproveita licitação já realizada, a dispensa de novo procedimento licitatório, a possibilidade de obter preços eventualmente mais vantajosos em razão de economia de escala do órgão gerenciador, e a regularidade jurídica da contratação por meio de instrumento previsto na Lei nº 14.133/2021. No entanto, esta alternativa apresenta limitações significativas, especialmente a dependência da existência de ata vigente e compatível com as necessidades específicas do IFFluminense, incluindo especificações técnicas adequadas, quantidades disponíveis para adesão e preços compatíveis com a realidade orçamentária da instituição. Conforme relatado no histórico da demanda, tentativas anteriores de adesão a ata de registro de preços restaram frustradas em razão de descumprimento contratual por parte do fornecedor, demonstrando a fragilidade desta alternativa quando não há controle direto sobre o processo licitatório e a execução contratual. Ademais, a adesão não confere à Administração participante qualquer ingerência sobre a condução do processo pelo órgão gerenciador, ficando sujeita às suas decisões e aos eventuais problemas ocorridos na execução do contrato principal. A impossibilidade de personalização das especificações técnicas para atender plenamente às necessidades institucionais e a eventual incompatibilidade de prazos de entrega também constituem fatores limitadores. As parcerias com entes públicos ou privados para cessão de veículos constituem alternativa que envolve a obtenção de veículos por meio de convênios, acordos de cooperação, doações ou comodatos com outros órgãos públicos, empresas ou entidades do terceiro setor. As vantagens potenciais desta solução incluem a possibilidade de obtenção de veículos sem desembolso financeiro, no caso de doações ou comodatos, o fortalecimento de parcerias institucionais e a cooperação interinstitucional para atendimento de necessidades comuns. No entanto, as desvantagens e limitações são expressivas e tornam esta alternativa inviável como solução principal para a demanda identificada. A disponibilidade de veículos para cessão é incerta e esporádica, não havendo garantia de que serão obtidos bens com as especificações técnicas adequadas, em quantidade suficiente e no momento necessário. Os veículos eventualmente cedidos podem apresentar idade avançada, elevada quilometragem, más condições de conservação e tecnologia de segurança defasada, comprometendo a segurança dos usuários e gerando custos elevados de manutenção para a instituição. As condições da cessão podem ser temporárias e instáveis, com possibilidade de reversão dos bens a qualquer momento, inviabilizando o planejamento de longo prazo das atividades institucionais. Ademais, a burocracia envolvida na formalização de parcerias e a necessidade de compatibilização com os interesses e disponibilidades dos parceiros tornam esta alternativa pouco confiável para suprir necessidade permanente e estrutural da instituição.

Da análise comparativa aprofundada entre as seis alternativas identificadas, considerando não apenas os custos diretos e imediatos, mas principalmente os impactos financeiros, operacionais, orçamentários e estratégicos ao longo do tempo, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, verifica-se que a aquisição de veículos novos constitui a solução mais adequada e vantajosa para o IFFluminense. No curto prazo, a locação de veículos e o fretamento contínuo apresentam-se como alternativas com desembolso inicial aparentemente menor, transferindo à contratada custos de manutenção e gestão. Entretanto, a partir do segundo ano, mesmo considerando os custos de manutenção preventiva e corretiva, a depreciação natural dos bens e todos os demais encargos incidentes sobre a propriedade dos veículos, o custo total acumulado da aquisição torna-se significativamente inferior ao custo acumulado de qualquer das alternativas de locação ou fretamento. Isto ocorre porque a locação, o fretamento e as demais alternativas que envolvem despesa contínua caracterizam-se como dispêndio recorrente obrigatório, que se perpetua enquanto houver necessidade da frota, sem qualquer contrapartida em termos de patrimônio público. Os valores despendidos com tais alternativas ao longo dos anos

superam em muito o investimento inicial da compra, além de não gerarem qualquer ativo para a instituição ao término do período contratual. É fundamental considerar que a locação e o fretamento se incorporam ao custeio básico da instituição, criando obrigação financeira permanente e comprometendo o orçamento anual de forma contínua e crescente, sujeita a reajustes e à correção monetária. A aquisição, por sua vez, depende de dotação orçamentária específica para investimentos, concretizando-se apenas na oportunidade e existência de recursos viáveis, mas uma vez realizada, não gera ônus recorrente obrigatório, liberando recursos para outras finalidades institucionais nos exercícios seguintes. A depreciação do bem adquirido, embora represente redução do valor contábil ao longo do tempo, é fenômeno contábil natural e previsível, que não implica desembolso financeiro adicional e deve ser contraposta ao fato de que, ao final da vida útil do veículo, a instituição ainda deterá um ativo com valor residual, ao passo que nas alternativas de locação nada restará após anos de pagamentos.

Adicionalmente, a aquisição de veículos próprios proporciona autonomia administrativa e operacional incomparavelmente superior às demais alternativas, permitindo o planejamento das atividades acadêmicas, científicas, culturais e esportivas de forma mais eficiente e segura, sem a dependência de contratos continuados de locação ou fretamento e sem as restrições operacionais eventualmente impostas por tais ajustes. A disponibilidade permanente dos veículos para atendimento às demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão constitui fator relevante para o cumprimento da missão institucional do IFFluminense, especialmente considerando a importância das atividades de visitas técnicas, aulas de campo, eventos acadêmicos e competições esportivas para a formação integral dos estudantes.

A possibilidade de padronização da frota, com veículos de mesma marca, modelo e especificações, adquiridos de uma só vez, permite a racionalização dos estoques de peças de reposição, a simplificação dos processos de manutenção e capacitação de condutores e a uniformidade operacional, gerando economias de escala e eficiência administrativa ao longo de toda a vida útil dos bens. A aquisição de veículos zero quilômetro, top de linha, com todas as tecnologias de segurança e conforto disponíveis, assegura a proteção dos estudantes e servidores transportados, posição na qual o Estado atua como garante da integridade física de sua comunidade acadêmica, em conformidade com as metas do Plano de Acessibilidade e com os Objetivos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional.

As tentativas anteriores de solucionar a demanda por meio de locação, adesão a atas de outros órgãos e procedimentos licitatórios convencionais, conforme registrado nos processos administrativos mencionados, restaram frustradas, demonstrando na prática as fragilidades e limitações destas alternativas. O fracasso do Pregão Eletrônico nº 39/2024 e o descumprimento contratual na tentativa de adesão à ata de registro de preços evidenciam que a dependência de terceiros para suprir necessidade estrutural e permanente expõe a instituição a riscos de descontinuidade, ineficiência e desperdício de recursos públicos.

Diante da análise aprofundada das seis alternativas de mercado apresentadas, considerando as necessidades identificadas neste Estudo Técnico Preliminar, a avaliação comparativa dos custos no curto, médio e longo prazo, os riscos operacionais e jurídicos envolvidos, a geração ou não de patrimônio público, a autonomia administrativa proporcionada, a segurança dos usuários e o alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, conclui-se que a solução mais adequada, vantajosa e eficiente para o atendimento das demandas dos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense é a aquisição de veículos novos do tipo VAN, nas especificações técnicas detalhadas neste estudo, com recursos de investimento, para incorporação definitiva ao patrimônio da instituição, garantindo a continuidade, a segurança e a qualidade do transporte coletivo para as atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão por todo o ciclo de vida útil dos bens.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação tem por objeto a aquisição de veículos tipo VAN, zero quilômetro, para atendimento das necessidades de transporte coletivo de discentes, servidores e colaboradores dos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, em conformidade com as especificações técnicas detalhadas neste estudo, visando garantir a continuidade, eficiência e segurança das atividades acadêmicas, administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. A solução proposta compreende a aquisição definitiva de bens permanentes, com recursos de investimento, para incorporação ao patrimônio da instituição, assegurando autonomia logística, economicidade a médio e longo prazo e plena adequação às diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional. A contratação deve acontecer nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime de licitações e contratos administrativos, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta dispositivos da referida lei no âmbito da Administração Pública Federal. Justifica-se a contratação via Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme os incisos I e III do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que, em face da demanda permanente de renovação da frota institucional, as contratações para aquisição de veículos serão frequentes, permitindo ao IFFluminense renovar sua frota de maneira planejada e economicamente viável, atendendo às demandas operacionais e assegurando a qualidade e segurança dos serviços prestados. Da mesma forma, esta contratação será realizada de maneira centralizada pelo campus Cabo Frio do IFFluminense para atender os demais campi, Reitoria e Polos de Inovação do Instituto, otimizando recursos, padronizando procedimentos e garantindo economia de escala. Os veículos serão selecionados com base em Termo de Referência detalhado, que especificará as características técnicas e as quantidades desejadas, assegurando a perfeita adequação do objeto às necessidades institucionais. Todos os veículos adquiridos terão garantia de fábrica pelo período mínimo de doze meses, sem limite de quilometragem, para chassi, carroceria e motor, conforme certificado original do fabricante, garantia esta que cobrirá integralmente defeitos de fabricação, vícios e problemas de desempenho durante o período determinado, incluindo a cobertura de peças e serviços necessários para corrigir os problemas cobertos.

A contratada deverá assegurar a plena efetividade da garantia durante todo o período contratual, por meio de assistência técnica autorizada da montadora, garantindo o início do atendimento em até 5 (cinco) dias úteis contados da abertura do chamado pela Administração. Caso não exista unidade de assistência técnica autorizada no município de utilização do veículo, a contratada será integralmente responsável pelo transporte do bem até a oficina credenciada e por sua devolução ao local de origem, sem qualquer ônus para a Administração. O atendimento deverá abranger diagnóstico, reparo, substituição de peças e demais serviços necessários à correção de falhas cobertas pela garantia, assegurando a restauração plena das condições originais de funcionamento do veículo. Durante todo o período de garantia, a contratada deverá garantir suporte técnico adequado, fornecimento de peças originais ou homologadas pelo fabricante e cumprimento dos prazos razoáveis de reparo, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade e preservar a continuidade das atividades institucionais. Após a análise aprofundada da presente contratação, no que diz respeito aos critérios de sustentabilidade, verificou-se a impossibilidade de reutilizar qualquer item ou dimensionar serviço já existente, tendo em vista a natureza e especificidade dos bens a

serem adquiridos. Os itens em questão não se enquadram nos critérios e práticas de sustentabilidade definidos nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerando as características técnicas e especificidades de cada item, que demandam aquisição de bens novos, zero quilômetro, com tecnologia atualizada e plenas condições de operação. No que diz respeito ao art. 3º da Instrução Normativa nº 02, de 11 de setembro de 2014, não cabem considerações tendo em vista a natureza dos itens a serem adquiridos, que não se enquadram nas hipóteses de contratação de soluções de tecnologia da informação ali previstas.

Ressalta-se que, não obstante a impossibilidade de aplicação de determinados critérios de sustentabilidade previstos nas referidas normas, a aquisição de veículos novos, com motorização a diesel dotada de tecnologia que otimiza o consumo de combustível e reduz a emissão de poluentes, em atendimento às exigências do PROCONVE, bem como a opção por bens com vida útil prolongada e componentes originais, contribui para a redução da geração de resíduos e para a otimização dos custos operacionais de manutenção e substituição de peças, alinhando-se indiretamente aos princípios de desenvolvimento nacional sustentável e de gestão responsável dos recursos públicos.No que tange à estimativa de preços e à justificativa da demanda, a quantificação dos veículos tipo VAN considerou a análise criteriosa da frota atualmente em operação nos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua, bem como o levantamento das rotas diárias e da quantidade de usuários transportados, incluindo discentes em deslocamento para atividades de ensino, pesquisa e extensão, servidores em missão institucional e colaboradores terceirizados. A necessidade premente de substituição de veículos com elevada quilometragem e histórico recorrente de manutenções corretivas fundamenta a opção pela aquisição definitiva, que se revela mais econômica e eficiente quando comparada a modelos alternativos de contratação, tais como a locação convencional ou o agenciamento de transporte por aplicativos. A economicidade da solução proposta resta evidenciada pela redução esperada nos custos de manutenção durante o período de garantia, aliada à valorização do patrimônio público e à previsibilidade orçamentária proporcionada pelo investimento em bens permanentes.

Ademais, a presente contratação encontra-se em absoluta consonância com os instrumentos de planejamento institucional do IFFluminense, notadamente o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano Anual de Contratações, assegurando que os recursos orçamentários sejam aplicados de forma alinhada às metas estratégicas de ampliação da mobilidade acadêmica e fortalecimento da integração entre os campi. A opção pelo Sistema de Registro de Preços, conjugada com a centralização da aquisição pelo campus Cabo Frio, revela-se medida acertada para conferir celeridade e eficiência ao processo licitatório, permitindo contratações futuras de forma ágil e com preços previamente registrados, sem prejuízo da estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública, nos termos do caput do art. 37 da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021.No que concerne às especificações técnicas e aos requisitos de segurança, os veículos tipo VAN a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelas resoluções do CONTRAN, especialmente no que tange aos itens de segurança obrigatórios, tais como airbags frontais, sistema de freios ABS, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes e dispositivo de retenção para transporte de crianças, quando aplicável. Exigir-se-á, ainda, que os veículos sejam dotados de carroceria adequada ao transporte coletivo de passageiros, com bancos devidamente dimensionados e fixados, corredor central que permita a circulação segura, saídas de emergência em conformidade com a legislação vigente e acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo-se, assim, a universalização do acesso e a inclusão de todos os membros da comunidade acadêmica.

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente aquisição contribuirá sobremaneira para a consecução dos objetivos institucionais do IFFluminense, notadamente no que se refere à interiorização do ensino, à promoção da igualdade de oportunidades e à redução das desigualdades regionais, conforme preconizado no Plano Nacional de Educação e na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A disponibilidade de frota própria e adequada às demandas de transporte coletivo possibilitará o deslocamento seguro e regular de discentes entre suas residências e os campi, bem como a participação de servidores e estudantes em eventos acadêmicos, visitas técnicas e atividades externas de pesquisa e extensão, atividades fins desta Instituição Federal de Ensino, cujo pleno exercício depende, inegavelmente, de logística eficiente e confiável, tal como ora se pretende concretizar.

DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANT
O veículo deverá ser tipo VAN, de fabricação nacional, ano/modelo correspondente ao ano vigente da entrega ou ao ano-modelo subsequente, entendido como "zero quilômetro" aquele com quilometragem de fábrica até 80 (oitenta) quilômetros, destinados exclusivamente a testes de produção, deslocamento para emplacamento e entrega. A construção deve ser do tipo monobloco (chassi e carroceria integrados). O motor deve ser a diesel, com potência mínima de 130 CV, dotado de direção hidráulica ou elétrica e transmissão manual. O veículo deverá atender integralmente às Resoluções vigentes do CONTRAN, em especial aquelas relacionadas a sistemas de frenagem, iluminação, insulfilm, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes e tacógrafo digital, sendo este último item obrigatório.A capacidade mínima é para 17 (dezessete) passageiros sentados mais 1 (um) motorista. Todas as poltronas do compartimento de passageiros devem ser do tipo executivo, reclináveis, com apoio de braço lateral e central, e cinto de segurança de três pontos.O ar condicionado deve ser original de fábrica do modelo ofertado ou, se instalado posteriormente, necessita de kit específico homologado pela montadora, com garantia estendida e laudo de instalação que não invalide a garantia original do veículo. O sistema de climatização deve possuir difusor de ar individual para cada poltrona de passageiro.O acabamento interno exigido inclui: assoalho com revestimento antiderrapante e resistente; laterais e teto com revestimento lavável (pintura epóxi na cor branca ou material similar); iluminação interna em LED; e aplicação de película protetora contra raios solares em todos os vidros, em conformidade com a legislação de trânsito. O sistema de som deve possuir rádio com entrada USB e Bluetooth, alto-falantes na cabine e no salão de		

passageiros. O bagageiro traseiro deve ser de amplo acesso, com porta para o estepe. O veículo deve ser entregue na versão com o maior nível de equipamentos disponível para o modelo ofertado, devendo incluir, no mínimo, os seguintes itens de série ou opcionais: alarme e imobilizador eletrônico, faróis de neblina, câmera de ré com visualização em tela no painel, sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, central multimídia com tela touch screen, duas tomadas 12V (uma no painel e uma no salão) e carpete original. Deverá também ser fornecido completo com: pneu estepe montado (sendo todos os pneus, inclusive o estepe, NOVOS, originais de fábrica, com data de fabricação não superior a 12 meses da data de entrega e sem qualquer sinal de uso ou recapagem), triângulo de segurança, chave de roda, macaco hidráulico, extintor de incêndio com selo de validade, kit de ferramentas básicas conforme exigido pelo CONTRAN e chave reserva. A garantia contratual é de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, para chassi, carroceria e motor, conforme certificado original do fabricante. A licitante vencedora deve comprovar no ato da habilitação a existência de assistência técnica autorizada pela montadora com oficina localizada na região Norte/Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, incluindo o município de Campos dos Goytacazes, através de contrato social, contrato de concessão ou documento equivalente. A entrega será realizada no local designado pelo IFFluminense em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Fornecimento. O veículo deverá ser entregue totalmente regularizado, com emplacamento definitivo e licenciamento anual pago em nome do Instituto Federal Fluminense, seguindo as especificações de adesivagem institucional (logotipo e identificação) que serão fornecidas em anexo. No ato da entrega e vistoria, devem ser apresentados obrigatoriamente: Nota Fiscal emitida em nome do Instituto Federal Fluminense, Manual do Proprietário original, Certificado de Garantia original devidamente preenchido e todos os manuais de equipamentos instalados.	UND	2
---	-----	---

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi realizada com base no levantamento detalhado das necessidades atuais e futuras dos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, considerando a frota existente, o histórico de demandas por transporte coletivo, o planejamento estratégico institucional e as projeções de crescimento das atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão nos referidos campi. A metodologia adotada para a definição das quantidades considerou a análise documental dos registros de utilização da frota atual, as solicitações de transporte registradas nos últimos dois exercícios, a quantidade de estudantes e servidores atendidos, a frequência e natureza das atividades que demandam deslocamento coletivo, bem como as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de vigência.

O Campus Macaé, unidade de médio porte do IFFluminense, está inserido em região de expressivo dinamismo econômico, com forte presença do setor de petróleo, gás e energia, conforme destacado no diagnóstico estratégico institucional. Esta realidade impõe a necessidade constante de realização de visitas técnicas, aulas de campo, atividades práticas externas, participação em eventos, feiras, congressos e competições, além de deslocamentos para projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica junto às empresas e instituições parceiras. A frota atual do campus é composta por apenas um veículo tipo VAN, que se revela absolutamente insuficiente para atender ao volume e à simultaneidade das demandas institucionais. A análise dos registros de solicitações de transporte demonstra que, com frequência, atividades pedagógicas essenciais deixam de ser realizadas ou são realizadas de forma precária em razão da indisponibilidade de veículo adequado, gerando prejuízos à formação dos estudantes e comprometendo a qualidade do ensino ofertado no Campus Santo Antônio de Pádua, por sua vez, encontra-se em situação de absoluta carência, não dispondo de qualquer veículo tipo VAN em sua frota. A unidade, localizada na região Noroeste Fluminense, atende a uma população estudantil significativa e desenvolve atividades acadêmicas que demandam deslocamentos para visitas técnicas, aulas de campo, eventos culturais e esportivos, além de ações de extensão voltadas aos arranjos produtivos, sociais e culturais da região. Atualmente, o campus depende integralmente de fretamentos terceirizados para realizar tais deslocamentos, solução que se mostra onerosa, inflexível e de confiabilidade limitada, além de demandar procedimentos administrativos complexos e morosos para cada atividade.

Considerando o diagnóstico detalhado das necessidades, o histórico de tentativas frustradas de suprir a demanda por meio de locação e adesão a atas de outros órgãos, conforme registrado nos processos administrativos mencionados, e a necessidade de garantir a continuidade e qualidade das atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão, estima-se a necessidade de aquisição de 02 (duas) unidades do veículo tipo VAN, destinando-se 01 (uma) unidade para o Campus Macaé e 01 (uma) unidade para o Campus Santo Antônio de Pádua. A distribuição proposta considera a capacidade instalada de cada campus, o número de estudantes e servidores, a natureza e frequência das atividades que demandam transporte coletivo, bem como a necessidade de assegurar equidade no atendimento às unidades. Para o Campus Macaé, a aquisição de uma segunda unidade visa complementar a frota existente, permitindo atender à simultaneidade de demandas e reduzir os prejuízos pedagógicos decorrentes da limitação de componentes práticos da formação. Para o Campus Santo Antônio de Pádua, a aquisição da primeira unidade visa sanar a carência absoluta atualmente existente, proporcionando autonomia logística e condições adequadas para o desenvolvimento pleno das atividades institucionais. A definição pela aquisição de duas unidades, e não de quantidade superior, fundamenta-se na análise criteriosa da capacidade orçamentária disponível, na priorização das necessidades mais urgentes e

no princípio da economicidade, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e proporcional às reais demandas institucionais. A experiência acumulada na gestão da frota demonstra que a aquisição de veículos em quantidade superior à necessidade imediata poderia resultar em subutilização e desperdício de recursos, razão pela qual optou-se por dimensionar a contratação para atender às demandas atuais, com possibilidade de futuras ampliações conforme o crescimento das atividades e a disponibilidade orçamentária. Ressalta-se que a estimativa das quantidades considerou também a vida útil esperada dos veículos, estimada em aproximadamente dez anos para a categoria, e a necessidade de planejamento de longo prazo para renovação da frota. A aquisição de veículos novos, zero quilômetro, com garantia de fábrica e assistência técnica autorizada na região, assegura a disponibilidade operacional por período prolongado, reduzindo a necessidade de novas contratações no curto prazo e otimizando o investimento realizado.

Adicionalmente, a estimativa levou em conta as metas e indicadores estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional, especialmente aqueles relacionados à melhoria da qualidade do ensino, à redução da evasão, ao aumento da eficiência acadêmica e ao fortalecimento das ações de extensão e pesquisa. A disponibilidade de veículos adequados para transporte coletivo constitui fator crítico para o alcance dessas metas, na medida em que viabiliza a realização de atividades práticas, visitas técnicas, projetos de extensão e ações de integração acadêmica que contribuem diretamente para a formação integral dos estudantes e para o cumprimento da missão institucional. Justifica-se a aquisição de duas unidades em separado, embora de idênticas especificações técnicas, para permitir a correta alocação orçamentária e o adequado controle patrimonial, com cada veículo sendo registrado individualmente em nome do campus destinatário, conforme as normas de contabilidade pública e as diretrizes de gestão patrimonial do IFFluminense.

A estimativa apresentada encontra-se em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que exige a definição da quantidade do objeto em conformidade com as necessidades reais da Administração, devidamente justificadas em estudo técnico preliminar. As quantidades estimadas refletem a demanda real e atual dos campi beneficiados, baseada em levantamentos objetivos e na experiência acumulada na gestão das atividades que requerem transporte coletivo, não havendo superdimensionamento ou subdimensionamento que possa comprometer a eficiência da contratação ou a adequada aplicação dos recursos públicos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CAMPUS DESTINATÁRIO
01	Veículo tipo VAN para transporte coletivo, conforme especificações técnicas detalhadas no item 6 deste estudo	Unidade	01 (uma)	Campus Macaé
02	Veículo tipo VAN para transporte coletivo, conforme especificações técnicas detalhadas no item 6 deste estudo	Unidade	01 (uma)	Campus Santo Antônio de Pádua

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 624.780,00

A estimativa do valor da contratação para aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN, destinadas aos campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, foi realizada com base em criteriosa pesquisa de preços, em conformidade com as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A pesquisa de preços teve como objetivo identificar os valores praticados no mercado para bens com características equivalentes às especificações técnicas detalhadas neste estudo, assegurando a obtenção de estimativa compatível com a realidade mercadológica e a fixação de preços referenciais adequados para o procedimento licitatório.

A pesquisa foi realizada por intermédio do sistema Compras.gov.br, considerando contratações públicas similares realizadas por órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal, no período de até 12 (doze) meses anteriores à data da consulta, conforme determina o inciso I do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Foram selecionadas contratações cujos objetos guardam similaridade com o pretendido, quais sejam, aquisições de veículos tipo VAN, zero quilômetro, com capacidade para transporte de passageiros, motorização a diesel e especificações técnicas compatíveis com as exigências deste estudo, priorizando-se os processos licitatórios concluídos e homologados, com atas publicadas ou contratos formalizados.

A consolidação dos preços cotados resultou em amostra composta por 14 (catorze) valores válidos, excluindo-se 01 (um) valor por referir-se a contratação de serviço de locação, modalidade distinta da aquisição pretendida, não guardando equivalência material com o objeto deste estudo. Os preços unitários obtidos na pesquisa, todos referentes a veículos zero quilômetro com especificações técnicas similares às demandadas, foram os seguintes: R\$ 274.900,00 (menor preço), R\$ 277.999,00, R\$ 284.800,00, R\$ 293.959,00, R\$ 299.900,00, R\$ 301.000,00, R\$ 307.900,00, R\$ 316.880,00, R\$ 320.000,00, R\$ 323.000,00, R\$ 325.998,00, R\$ 329.500,00, R\$ 330.000,00 e R\$ 380.000,00 (maior preço).

A análise estatística da amostra revelou os seguintes parâmetros: a média aritmética dos preços situou-se em R\$ 311.845,43, a mediana em R\$ 312.390,00, o desvio padrão em R\$ 26.105,13 e o coeficiente de variação em 8,37%, indicando relativa homogeneidade dos preços coletados e baixa dispersão em torno da média, o que confere consistência e confiabilidade à amostra obtida. Para a definição do valor estimado da contratação, adotou-se como critério a mediana dos preços coletados, conforme facultado pelo art. 6º, inciso I, alínea "d", da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que permite a utilização da mediana como parâmetro quando o coeficiente de variação da amostra for inferior a 15% (quinze por cento), situação verificada na presente pesquisa. A mediana, por constituir medida de tendência central que reduz a influência de valores extremos, mostra-se particularmente adequada para a estimativa de valor em contratações públicas, proporcionando maior robustez e aderência à realidade de mercado. Assim, considerando a mediana apurada de R\$ 312.390,00 (trezentos e doze mil, trezentos e noventa reais) por unidade, e a necessidade de aquisição de 02 (duas) unidades, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 624.780,00 (seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta reais), conforme demonstrado na tabela abaixo:

--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (MEDIANA)	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Veículo tipo VAN para transporte coletivo, zero quilômetro, conforme especificações técnicas detalhadas neste estudo	Unidade	02 (duas)	R\$ 312.390,00	R\$ 624.780,00

O valor unitário estimado encontra-se em conformidade com os preços praticados no mercado para veículos das mesmas características técnicas, observando-se o princípio da economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A compatibilidade do preço estimado com os valores de mercado é corroborada pela amplitude da amostra coletada, que abrange contratações realizadas por diferentes entes federativos em diversas regiões do país, conferindo representatividade e atualidade aos preços referenciais adotados.

Ressalta-se que a pesquisa de preços considerou exclusivamente aquisições de veículos zero quilômetro, com garantia de fábrica e especificações técnicas compatíveis com as exigências deste estudo, não incluindo valores referentes a locação, fretamento ou aquisição de veículos usados ou seminovos, por absoluta incompatibilidade com o objeto pretendido e com as necessidades institucionais demonstradas ao longo deste estudo técnico preliminar.

A estimativa de valor ora apresentada constitui referência para a realização do procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo o preço final da contratação ser definido a partir da proposta mais vantajosa apresentada pelos licitantes, observados os critérios de julgamento estabelecidos no edital e a disponibilidade orçamentária da instituição. A Administração reserva-se o direito de realizar novos procedimentos de pesquisa de preços caso o prazo entre a presente estimativa e a realização da licitação ultrapasse o período de validade dos preços coletados, em atenção à necessidade de atualização e fidedignidade dos valores referenciais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com base na análise da demanda e da solução apresentada, o objeto será parcelado tendo em vista a sua viabilidade econômica e técnica; a ausência de perda de escala; e a possibilidade de ampla concorrência e competitividade do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A análise de contratações correlatas e/ou interdependentes constitui etapa fundamental do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, tendo por objetivo identificar eventuais aquisições ou contratações em andamento ou planejadas no âmbito do Instituto Federal Fluminense que possam guardar relação de complementaridade, interdependência ou influência recíproca com o objeto pretendido, de modo a assegurar o alinhamento estratégico das contratações, a otimização dos recursos públicos e a prevenção de soluções isoladas que possam comprometer a eficiência administrativa ou a qualidade dos serviços prestados.

No presente caso, a aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN para os campi Macaé e Santo Antônio de Pádua insere-se no contexto mais amplo da política institucional de renovação e adequação da frota de veículos do IFFluminense, a qual abrange não apenas veículos para transporte coletivo de passageiros, mas também outras categorias de veículos destinados ao atendimento das diversas necessidades administrativas, acadêmicas e operacionais da instituição. Nesse sentido, a presente contratação deve ser analisada em conjunto com outras iniciativas correlatas, em andamento ou planejadas, visando à racionalização dos esforços, à padronização da frota e à economicidade global dos investimentos.

Identifica-se como contratação correlata de primeira ordem a aquisição centralizada de veículos que está sendo conduzida pelo campus Cabo Frio do IFFluminense, por intermédio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento dos demais campi, Reitoria e Polos de Inovação do Instituto. Referida contratação abrange, além das VANs objeto do presente estudo, outros tipos de veículos, tais como minivans de 07 (sete) lugares, veículos tipo sedan e micro-ônibus com capacidade para 28 (vinte e oito) passageiros, todos destinados a compor a frota institucional e atender às demandas específicas das diversas unidades da instituição. A presente aquisição, portanto, não constitui ação isolada, mas sim parte integrante de um esforço institucional mais amplo de renovação da frota, coordenado e centralizado, que visa uniformizar procedimentos, obter ganhos de escala e assegurar a padronização dos veículos adquiridos. A interdependência entre estas aquisições manifesta-se em múltiplos aspectos. Do ponto de vista operacional, a padronização de marca, modelo e especificações técnicas dos veículos, sempre que possível e tecnicamente viável, permite a racionalização dos estoques de peças de reposição, a simplificação dos processos de manutenção preventiva e corretiva, a capacitação uniforme dos condutores e a uniformidade operacional em toda a frota institucional. A aquisição coordenada de diferentes categorias de veículos, todas submetidas a critérios técnicos similares e a exigências de assistência técnica autorizada na região, contribui para a criação de uma estrutura logística integrada e eficiente. A presente contratação insere-se em contexto de interdependência indireta com futuros serviços de gestão e manutenção da frota tais como mecânica, funilaria, pintura, borracharia, higienização e seguro bem como com eventual implementação de sistema padronizado de rastreamento e monitoramento veicular, os quais, embora não integrem o objeto imediato, constituem desdobramentos previsíveis ao longo da vida útil dos bens e devem ser contemplados no planejamento institucional de médio e longo prazo, sob a égide dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e responsabilidade fiscal. As tentativas pretéritas de atendimento da demanda por meio de locação e adesão a atas restaram infrutíferas, notadamente no âmbito do Pregão Eletrônico nº 39/2024 (Processo nº 23321.001116/2024-14), fracassado por incompatibilidade entre valores ofertados e estimativa administrativa, e da tentativa de adesão à ata objeto do Processo nº 23320.001822/2025-57, frustrada por inadimplemento contratual do fornecedor, circunstâncias que evidenciam a necessidade de solução definitiva e estruturante. Ademais, a aquisição das VANs para os campi Macaé e Santo Antônio de Pádua revela-se alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Plano Estratégico Institucional Revisão 2025 do IFFluminense, constituindo medida instrumental indispensável ao atingimento das metas institucionais, razão pela qual se conclui pela conveniência e oportunidade de sua realização de forma centralizada, via Sistema de Registro de Preços, com vistas à padronização, racionalização procedimental e otimização dos recursos públicos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A análise do alinhamento entre a presente contratação e os instrumentos de planejamento do Instituto Federal Fluminense constitui requisito essencial para assegurar a legitimidade, a oportunidade e a conformidade da aquisição pretendida com as diretrizes estratégicas, táticas e operacionais da instituição, nos termos do art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que exige a demonstração da compatibilidade da contratação com o planejamento do órgão.

O objeto da presente contratação, consistente na aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN para os campi Macaé e Santo Antônio de Pádua, encontra-se expressamente previsto no Plano Anual de Contratações do IFFluminense para o exercício de 2026, instrumento de planejamento que consolida as necessidades de aquisições e contratações da instituição para o período, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 21, de 18 de março de 2021, e com as diretrizes estabelecidas pela Administração Superior. A inclusão do objeto no PAC 2026 reflete o reconhecimento institucional da prioridade e da oportunidade da aquisição, bem como a existência de dotação orçamentária compatível para sua realização, nos termos do planejamento anual. Para além da previsão formal no instrumento de planejamento anual, a presente contratação encontra-se em absoluta sintonia com os objetivos, metas e diretrizes estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFluminense para o período 2023.2-2028.1, documento máximo de planejamento estratégico da instituição, que define a identidade institucional, as políticas para o alcance dos objetivos e as estratégias para o desenvolvimento e melhoria da qualidade dos serviços prestados. O PDI, construído de forma participativa pela comunidade acadêmica e externa, orienta os programas institucionais, projetos e planos de ação locais, tanto da Reitoria quanto dos campi, sempre com o foco em atingir as metas de forma conjunta e integrada e promover a melhoria contínua dos serviços à sociedade.

A aquisição das VANs contribui diretamente para o alcance de diversos Objetivos Estratégicos previstos no PDI, notadamente aqueles que guardam relação com a melhoria da qualidade do ensino, a integração com a comunidade, a garantia de inclusão e permanência dos estudantes e a modernização da infraestrutura institucional. Em relação ao OE1, OE2 e OE3, que tratam da formação profissional em consonância com os arranjos produtivos locais, a disponibilidade de veículos próprios para visitas técnicas e atividades de campo é condição indispensável para que os estudantes de Macaé, inseridos no contexto do petróleo, gás e energia, e os de Santo Antônio de Pádua, voltados aos arranjos produtivos, sociais e culturais da região Noroeste Fluminense, possam vivenciar na prática os conteúdos curriculares, aproximando a teoria da realidade profissional e econômica de suas respectivas regiões.

No que concerne ao OE5, que estabelece a produção de tecnologias e soluções inovadoras com a sociedade, a mobilidade proporcionada pelos veículos fortalece a pesquisa aplicada e a extensão tecnológica junto às comunidades locais, permitindo o deslocamento de equipes multiprofissionais para projetos de intervenção, cooperação técnica, transferência de tecnologia e ações de extensão que demandam atuação in loco. A extensão universitária, enquanto processo acadêmico que articula o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, depende fundamentalmente da capacidade de deslocamento das equipes para os territórios onde as ações são desenvolvidas, razão pela qual a disponibilidade de transporte adequado constitui fator crítico para o sucesso destas iniciativas.

A contratação também se conecta diretamente ao OE10, que incentiva e articula ensino, pesquisa, extensão, cultura e esporte, uma vez que viabiliza a participação de discentes e servidores em eventos acadêmicos, competições esportivas, apresentações culturais, feiras de ciências, congressos e demais atividades integradoras entre os campi e com a sociedade externa. A formação integral dos estudantes, preconizada nos documentos institucionais, pressupõe o acesso a experiências educativas que transcendem os limites da sala de aula, incluindo atividades culturais, esportivas, científicas e de integração social, todas elas dependentes, em maior ou menor grau, da existência de meios de transporte adequados e confiáveis.

No tocante ao OE4 e OE11, que tratam do atendimento a públicos com necessidades específicas e em vulnerabilidade social, criando condições de permanência e êxito, a disponibilidade de transporte próprio contribui para que estudantes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelos programas de assistência estudantil, possam participar de atividades externas, eventos e programas institucionais sem ônus adicional ou barreiras logísticas, promovendo a equidade de oportunidades e a inclusão social. A ausência de transporte adequado, como demonstrado na realidade atual dos campi beneficiados, acaba por excluir justamente os estudantes mais vulneráveis das atividades que complementam sua formação, aprofundando desigualdades e comprometendo o princípio da equidade.

A contratação alinha-se, ainda, aos objetivos estratégicos relacionados à valorização dos servidores e à manutenção da infraestrutura física e de TI (OE18, OE19, OE20 e OE21). A aquisição de veículos novos e adequados contribui para a qualidade de vida e segurança dos servidores em deslocamento a trabalho, reduzindo os riscos associados à utilização de frota inadequada ou com elevado desgaste, e integra o esforço institucional de manter e modernizar a infraestrutura dos campi, conforme previsto nos planos diretores e de desenvolvimento físico.

No que se refere às metas e indicadores estratégicos estabelecidos para o período 2025-2027, a aquisição das VANs contribui para o alcance de resultados em múltiplas dimensões. A redução da taxa de evasão anual, meta que busca diminuir o índice de 15% em 2023 para 11% em 2027, é diretamente impactada pela melhoria das condições de ensino e pelo aumento do engajamento estudantil proporcionado por atividades práticas e integradoras, que dependem de transporte adequado. O aumento do Índice de Eficiência Acadêmica, de 46,9% para 54,9% no mesmo período, também guarda relação com a qualidade da formação ofertada e com a possibilidade de realização plena dos componentes curriculares práticos.

A meta de aumentar o percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão para 80% até 2027 depende criticamente da capacidade de deslocamento das equipes para as comunidades e territórios onde as ações extensionistas são desenvolvidas. Da mesma forma, o fortalecimento da curricularização da extensão, projeto estratégico que visa integrar atividades extensionistas aos currículos dos cursos, pressupõe a existência de meios logísticos adequados para sua implementação em escala.

Do ponto de vista da gestão e infraestrutura, a aquisição de veículos novos contribui para a execução dos planos institucionais, notadamente o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) e o Plano de Acessibilidade, na medida em que veículos com itens de segurança obrigatórios e que atendam às normas de acessibilidade integram o esforço mais amplo de melhoria das condições de segurança e inclusão na instituição.

Cabe destacar que a presente contratação não constitui ação isolada, mas integra um movimento institucional mais amplo de renovação e padronização da frota de veículos do IFFluminense, alinhado aos objetivos de modernização administrativa, eficiência operacional e economicidade preconizados nos instrumentos de planejamento. A aquisição centralizada, por meio de Sistema de Registro de Preços conduzido pelo campus Cabo Frio, reflete a adoção de estratégias de contratação que privilegiam a racionalização de recursos, a padronização de procedimentos e a obtenção de ganhos de escala, em conformidade com as melhores práticas de gestão pública e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

A compatibilidade da contratação com o planejamento orçamentário e financeiro da instituição também foi objeto de análise. A previsão do objeto no Plano Anual de Contratações 2026 assegura a existência de dotação orçamentária compatível para a realização da despesa, nos termos da lei

orçamentária anual e das disponibilidades financeiras do órgão, observados os limites e condicionantes impostos pela legislação fiscal. A opção pela aquisição, em detrimento de soluções de locação ou fretamento, alinha-se ao princípio da economicidade e à busca pela otimização dos recursos públicos no longo prazo, conforme demonstrado na análise comparativa das alternativas de mercado. Ressalta-se, por fim, que a contratação atende às disposições do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como objetivos do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e garantir o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição. A definição clara e precisa das especificações técnicas, a adoção de critérios objetivos de julgamento e a observância das normas aplicáveis às contratações públicas asseguram a conformidade do procedimento com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Diante do exposto, considerando a expressa previsão do objeto no Plano Anual de Contratações 2026 do IFFluminense, o alinhamento com os objetivos estratégicos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Plano Estratégico Institucional Revisão 2025, a compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro da instituição e a observância dos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a presente contratação encontra-se plenamente alinhada aos instrumentos de planejamento do órgão, demonstrando sua legitimidade, oportunidade e conformidade com as políticas e prioridades institucionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de veículos para o Instituto Federal Fluminense (IFF) visa aprimorar a eficiência operacional, reduzir custos com manutenção e melhorar a segurança e conforto dos usuários. A nova frota, incluindo veículos com menores emissões, contribuirá para a sustentabilidade ambiental e oferecerá maior flexibilidade e adaptabilidade às necessidades institucionais. Além disso, a economia obtida com a aquisição em vez da locação proporcionará benefícios financeiros a longo prazo, enquanto a renovação da frota fortalecerá a imagem institucional e simplificará a gestão administrativa. Esses resultados refletem o compromisso do IFF com inovação, sustentabilidade e eficiência.

13. Providências a serem Adotadas

Para a efetivação da presente contratação e a subsequente gestão dos bens adquiridos, faz-se necessária a adoção de um conjunto de providências prévias, concomitantes e posteriores à realização do procedimento licitatório, visando assegurar a adequada execução do objeto, a conformidade com as normas aplicáveis, a eficiência operacional e a preservação do patrimônio público. As providências elencadas neste tópico decorrem da análise detalhada das necessidades institucionais, das especificidades do objeto, das lições aprendidas em contratações anteriores e das boas práticas de gestão de frotas no âmbito da Administração Pública.

Antes da deflagração do procedimento licitatório, impõe-se a adoção de providências preparatórias fundamentais para o êxito da contratação. Inicialmente, deverá ser concluída a elaboração do Termo de Referência, consolidando todas as especificações técnicas, requisitos legais, obrigações das partes, critérios de aceitação, condições de entrega e demais elementos necessários à perfeita caracterização do objeto, submetendo-o à aprovação da autoridade competente, nos termos do art. 18, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Paralelamente, impõe-se a formalização da designação da equipe de planejamento da contratação, composta por servidores com conhecimento técnico e experiência na área, responsável pela condução de todas as etapas preparatórias, pela elaboração dos documentos necessários e pelo acompanhamento do procedimento até a homologação, em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Considerando que a pesquisa de preços realizada para este estudo reflete valores apurados em data pretérita, recomenda-se a realização de nova pesquisa ou a atualização da existente imediatamente antes da publicação do edital, de modo a assegurar que os preços referenciais reflitam as condições vigentes no momento da licitação, em atenção ao princípio da economicidade e à necessidade de compatibilidade com os valores de mercado. Caberá, ainda, confirmar a existência de dotação orçamentária específica para a realização da despesa, nos termos da lei orçamentária anual e do cronograma de execução financeira da instituição, procedendo aos devidos registros e reservas orçamentárias, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000. A definição da modalidade licitatória mais adequada, com base no valor estimado e nas características do objeto, deverá observar o art. 28 da Lei nº 14.133/2021, recomendando-se a adoção do pregão eletrônico, na forma eletrônica, por mostrar-se mais célere e adequado para aquisição de bens comuns, como é o caso dos veículos pretendidos. Por fim, deverá ser providenciada a instrução processual com todos os documentos exigidos pela legislação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a pesquisa de preços, a justificativa da contratação, a indicação dos recursos orçamentários e a minuta do edital e do contrato, submetendo-o à análise da assessoria jurídica para emissão de parecer, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Durante a fase externa do procedimento licitatório, deverão ser observadas providências que garantam a regularidade, a transparência e a eficiência do certame. A publicação do edital e de seus anexos deverá ser realizada no Diário Oficial da União, no sítio eletrônico oficial do IFFluminense e no Portal Nacional de Contratações Públicas, assegurando ampla divulgação e publicidade ao certame, nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/2021. Caberá designar servidor ou comissão responsável pelo atendimento a pedidos de esclarecimento e pelo processamento de eventuais impugnações ao edital, garantindo resposta tempestiva e fundamentada aos interessados, em observância aos princípios da transparência e do contraditório. A designação de pregoeiro e equipe de apoio para condução da sessão pública do pregão eletrônico deverá recair sobre servidores com conhecimento técnico sobre o objeto e sobre as regras do certame, assegurando o regular andamento do procedimento, a análise das propostas e a negociação de melhores condições, quando cabível. Após a fase de lances, deverá ser realizada rigorosa análise da documentação de habilitação do licitante vencedor, com especial atenção à comprovação da existência de assistência técnica autorizada na região Norte/Noroeste Fluminense, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação técnica e à capacidade econômico-financeira, nos termos do edital e da legislação aplicável. Concluídas todas as fases do certame, deverá ser providenciada a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do procedimento pela autoridade competente, formalizando o resultado e dando publicidade aos atos praticados.

Após a homologação do certame e a assinatura do contrato, um novo conjunto de providências deverá ser adotado para assegurar a correta execução do objeto e a adequada gestão dos bens adquiridos. Inicialmente, deverá ser formalizada a emissão da ordem de fornecimento, comunicando à contratada o início do prazo para entrega dos veículos, com a indicação do local, data e condições para recebimento, nos termos pactuados. Estabelecer mecanismos de acompanhamento da fabricação e da entrega dos veículos, mantendo contato com a contratada para verificar o cumprimento dos prazos e a conformidade com as especificações técnicas, antecipando a solução de eventuais problemas que possam surgir. Caberá designar formalmente comissão ou servidor responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos veículos, composta por profissionais com conhecimento técnico para avaliar a conformidade do objeto com as especificações contratadas, aferir a documentação exigida e atestar o perfeito funcionamento dos bens. No ato da entrega, deverá ser realizada vistoria minuciosa dos veículos, verificando-se a quilometragem registrada, que não poderá exceder 50 km; a data de fabricação dos pneus e demais componentes; a presença e validade do extintor de incêndio; o funcionamento de todos os sistemas, incluindo motor, ar-condicionado, iluminação, som, multimídia, câmeras e sensores; a conformidade da adesivagem institucional; a integridade da documentação apresentada, compreendendo Nota Fiscal, Manual do Proprietário, Certificado de Garantia e manuais de equipamentos; e a regularidade do emplacamento e licenciamento. Após a verificação da conformidade do objeto, deverá ser lavrado o termo de recebimento definitivo, atestando a execução satisfatória do contrato e autorizando o pagamento à contratada, observados os prazos e procedimentos estabelecidos.

Providências administrativas internas também deverão ser adotadas para a adequada incorporação e gestão dos bens. Os veículos deverão ser registrados no sistema de patrimônio do IFFluminense, com a atribuição de números de tombamento individuais para cada unidade, a identificação do campus destinatário e a incorporação dos bens ao acervo patrimonial da instituição, nos termos das normas de contabilidade pública. Caberá adotar as medidas necessárias para a operacionalização da frota, incluindo a definição dos condutores autorizados, com a devida capacitação e habilitação; a contratação de seguro obrigatório e, se cabível, seguro compreensivo; a implantação de sistema de rastreamento e monitoramento; o estabelecimento de rotinas de manutenção preventiva; e a definição de procedimentos para agendamento e controle de utilização. Recomenda-se, ainda, promover ação de capacitação para os servidores que atuarão como condutores dos veículos, abordando aspectos técnicos, normas de segurança, procedimentos em caso de sinistros, manutenção básica e utilização dos sistemas embarcados, visando à preservação dos bens e à segurança dos usuários. A elaboração e implementação de plano de manutenção preventiva para os veículos, com base nas recomendações do fabricante e nas boas práticas de gestão de frotas, deverá estabelecer cronograma de revisões periódicas, inspeções de segurança e substituição de componentes, de modo a prolongar a vida útil dos bens e reduzir custos com manutenções corretivas.

Por fim, deverá ser estabelecida rotina de acompanhamento do período de garantia dos veículos, registrando eventuais ocorrências e demandando tempestivamente da contratada ou da assistência técnica autorizada os reparos cobertos, assegurando o pleno exercício dos direitos decorrentes da garantia contratual. A criação de instrumentos de avaliação periódica da frota, com indicadores de disponibilidade, custo operacional, consumo de combustível e satisfação dos usuários, permitirá o monitoramento contínuo do desempenho dos veículos e subsidiará futuras decisões sobre renovação, substituição ou expansão da frota, contribuindo para a melhoria contínua da gestão e para a otimização dos recursos públicos aplicados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Após a análise desta contratação, concluímos que, no que diz respeito aos critérios de sustentabilidade: verificou-se a impossibilidade de reutilizar algum item ou dimensionar um serviço já existente; os itens em questão não se enquadram nos critérios e práticas de sustentabilidade definidos nos incisos do art. 5º da IN 01 de 19 de janeiro de 2010, tendo em vista a característica e especificação de cada item. No que diz respeito ao art. 3º da IN 02 /2014, não cabem considerações tendo em vista a característica do(s) item(s) a ser adquirido.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação revela-se viável em razão da absoluta necessidade de suprir a carência estrutural de veículos para transporte coletivo nos campi beneficiários, comprovada pela insuficiência da frota atual do Campus Macaé e pela ausência total de veículo tipo VAN no Campus Santo Antônio de Pádua. A aquisição mostra-se alinhada aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional, notadamente aqueles relacionados à formação profissional em consonância com os arranjos produtivos locais, à produção de tecnologias e soluções inovadoras com a sociedade e à articulação entre ensino, pesquisa, extensão, cultura e esporte. A análise comparativa das alternativas de mercado demonstrou que a aquisição de veículos novos constitui a solução mais vantajosa sob as perspectivas econômica, operacional e patrimonial, considerando que os custos acumulados da locação superam significativamente o investimento necessário para a compra no médio e longo prazo, além de não gerarem qualquer ativo para a instituição. A pesquisa de preços realizada, com base em contratações similares de órgãos das esferas federal, estadual e municipal, resultou em estimativa de valor compatível com os preços praticados no mercado, assegurando a economicidade da contratação. O objeto encontra-se previsto no Plano Anual de Contratações 2026 do IFFluminense, havendo disponibilidade orçamentária para a realização da despesa. As tentativas anteriores de

solucionar a demanda por meio de locação e adesão a atas de outros órgãos restaram frustradas, conforme documentado nos processos administrativos mencionados, reforçando a necessidade da aquisição como solução definitiva e estruturante. Por fim, a contratação atende a todos os requisitos legais, técnicos e operacionais exigidos, sendo plenamente viável e recomendada esta equipe de planejamento.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **JADER SASCHO RAMOS**
Data: 25/03/2026 18:01:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


JADER SASCHO RAMOS

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **MARCIANO LOPES RODRIGUES**
Data: 23/03/2026 17:53:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIANO LOPES RODRIGUES

Membro da comissão de contratação


Documento assinado digitalmente
 **HENRIQUE BARREIROS ALVES**
Data: 23/03/2026 16:26:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HENRIQUE BARREIROS ALVES

Membro da comissão de contratação

MARLON DO PRADO SIQUEIRA

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **MARLON DO PRADO SIQUEIRA**
Data: 16/03/2026 10:24:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEIVISSON CALDAS PEREIRA

Membro da comissão de contratação

WILTON DO AMARAL ANDRE

Membro da comissão de contratação



Documento assinado digitalmente

WILTON DO AMARAL ANDRE

Data: 23/03/2026 14:49:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____ (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20 , bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Processo Administrativo nº 23320.000205.2026-15

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, com sede na Avenida Amaral Peixoto, KM 164, na cidade de Macaé – RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.779.511/0005-30, neste ato representado(a) por Áurea Yuki Sugai, Diretora Geral, nomeada pela Portaria nº 304/2024 - IFFLU, de 12 de abril de 2024, publicado no DOU de 15 de abril de 2024, Edição: 72, Seção: 2, Página: 17, portador da matrícula funcional nº 2162805, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no 90018/2026, processo administrativo nº 23320.000205.2026-15, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN, zero quilômetro, destinadas ao transporte coletivo de discentes, servidores e colaboradores dos Campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo 1 do edital de licitação nº 90018/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de

registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ~~OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dela;

5.5. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7. Mantiverem sua proposta original.

5.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.9. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.12. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.13. cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.14. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.15. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.16. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.17. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.18. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.19. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.20. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.21. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.22. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no

mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.1.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.1.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.1.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo

órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, as penalidades e as demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _(por extenso) vias de igual teor, as quais, depois de lidas e achadas em ordem, vão assinadas pelas partes.

Local e data:

Assinaturas:

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

12. CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor								
Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor								
Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE

(Processo Administrativo nº 23320.000205.2026-15)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO (A) POR
INTERMÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL FLUMINENSE
E

.....

A Autarquia Federal, por intermédio do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, órgão federal, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia Amaral Peixoto, km 164 - Imboassica, na cidade de Macaé – RJ, CEP 27925- 290, inscrito no CNPJ sob o nº 10.779.511/0005-30, neste ato representado por Áurea Yuki Sugai, Diretora Geral, nomeada pela Portaria nº 304/2024 - IFFLU, de 12 de abril de 2024, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) CONTRATADO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23320.000205.2026-15 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº 90018/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de 02 (duas) unidades de veículo tipo VAN, zero quilômetro, destinadas ao transporte coletivo de discentes, servidores e colaboradores dos Campi Macaé e Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **contados da primeira nota de empenho gerada ou assinatura contratual (o que ocorrer primeiro)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, observadas as respectivas abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)** .

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que

vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUB OPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, de ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.3.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Campos dos Goytacazes, Seção Judiciária de Campos dos Goytacazes para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO